



ANS



Nº: 06/2001

Data: 21 FEV 01

## COMUNICADO

### UNIR E LUTAR COM INTELIGÊNCIA!

Em plena crise na Instituição Militar, num momento em que a gravidade da situação propicia a falta de clarividência, em que se pode confundir o útil com o acessório, importa realizar um esforço de clarificação historiando o percurso que nos conduziu a esta situação, evidenciando os responsáveis pela situação criada.

Desde a implementação do Sistema Retributivo, DL 328/99, que a ANS tem vindo a diligenciar para que se ponha termo às injustiças e discriminações que daí advieram. A interpretação abusiva e ilegal do regime de transição do anterior sistema para o actual lesou os 1SAR levando-os a perder direitos adquiridos com anos de luta e de sacrifícios, como o seu posicionamento indiciário.

A ANS propôs anulação das 1ª e 2ª fases da implementação e que a 3ª fase vigorasse desde logo, Julho de 1999. Os ramos recusaram afirmando que os custos seriam muito maiores - partindo de cálculos errados que não tiveram em conta os arrastamentos legais e obrigatórios por força dos DL 80/95 e 299/97 - 480 mil contos nas contas da Marinha.

O Governo seguiu o caminho mais fácil: não refez os cálculos e agiu em conformidade com as propostas dos CEM, porque tal lhe interessava, arrastando o processo com o pedido de mais e mais propostas aos ramos num jogo de empurra e ignorando os avisos e propostas da ANS e mesmo os pareceres da sua Direcção Geral de Pessoal.

Hoje verifica-se, mais uma vez, que a ANS tinha razão e que o efeito de dominó que iria aumentar a despesa verificou-se de facto devido às propostas da ANS não terem sido aplicadas, projectando os seus efeitos para além do necessário, ou seja, de Julho de 2000.

Conhecedores dos problemas que a escala indiciária criou nas categorias militares dos Sargentos e Praças das Forças Armadas, o Governo cuidou de introduzir as necessárias correcções no Sistema Retributivo dos militares da GNR em Outubro de 1999.

Na altura a ANS denunciou o facto e propôs que a escala indiciária dos militares da GNR fosse igualmente aplicada às Forças Armadas. O Governo fez orelhas moucas, numa primeira fase, e avançou com vagas promessas de ir estudar o assunto depois. Hoje continua a verificar-se que um primeiro-sargento das Forças Armadas auferia menos um mês de vencimento/ano do que um seu camarada na GNR. Diferenças do mesmo nível verificam-se também na categoria de praças.

Durante o ano de 2000 a ANS foi convidada pelo MDN a apresentar propostas de resolução dos problemas do Sistema Retributivo. Tais propostas foram rapidamente elaboradas e apresentadas sem almejem alcançar mais do que vagas promessas de criação de comissões de estudo.

Também no ano 2000 a ANS foi convidada pela Comissão de Defesa Nacional a apresentar em sede parlamentar as suas propostas de alteração ao EMFAR. Fê-lo e foi auditada em audiência pública a convite daquela Comissão. Como resultado verificou-se que o Grupo Parlamentar do PS, que apoia o Governo, em vésperas de encerramento estival do parlamento, apresentou uma proposta de manhã para ser aprovada à tarde, deixando de fora as nossas propostas estruturantes que permitiriam um rejuvenescimento dos quadros.

Portanto, num autêntico "golpe de mão" para utilizar a terminologia militar, aquele GP, condenou centenas de primeiros-sargentos a permanecerem nesse posto até passarem à reserva, e outros a verem as suas perspectivas de carreira goradas passando à reserva por limite de idade, reunindo todas as condições de promoção aos postos do topo de carreira, e havendo vagas em aberto, sem poderem ser promovidos por as medidas apresentadas pela ANS não terem sido contempladas.

No fim do ano 2000, e após novas diligências em reunião de trabalho com o MDN, a ANS viu ignoradas as suas propostas e sem se vislumbrarem outras soluções para os problemas.

Se a tudo isto somarmos os projectos de alteração ao artigo 31º da LDNFA, ao CJM e ao RDM, que continham disposições mais retrógradas do que as existentes antes do 25 de Abril, compreender-se-ão as razões que levaram os Sargentos a faltarem ao almoço no passado dia 19 de Dezembro de 2000.

Quem responsabilizar por tal ter ocorrido? O Governo que tem jogado num teatro de sombras iludindo e deixando agravar os problemas e aumentar a indignação? Os chefes que persistem em tutelar e representar os interesses dos militares sem terem meios nem condições para tal? Por os chefes serem os representantes do Governo junto dos militares e não o contrário? Por os chefes também serem parte interessada na matéria? Um pouco por tudo isto? Em qualquer caso o Governo não pode assobiar para o lado, porque é sempre o mais responsável por ter criado esta situação ao deixar acumular os problemas e as tensões.

No exercício das suas funções associativas o presidente da Direcção da ANS e quando se encontrava nas suas horas de folga após uma divisão de serviço, entrevistou no jornal das 13h00 na TVI, esclarecendo as razões que moviam os Sargentos naquele dia e garantindo que o desempenho das Forças Armadas e a sua cadeia de comando não estavam em causa.

O GEN CEMFA, que dias antes tinha declarado publicamente que não queria o associativismo militar, vem usar uma competência, a disciplinar, para afirmar a sua posição pessoal sobre matéria associativa, tentando deter o comboio da história e da vida. Utiliza a competência disciplinar quando a disciplina não está nem nunca esteve em causa, para ameaçar com uma pena numa matéria que só aos tribunais civis competeria, podendo tornar-se juiz em causa própria e executor da sentença.

Fê-lo ao arrepio da prática repetida dos Órgãos de Soberania, PR, AR, MDN e Partidos Políticos, ao receberem as associações dos militares e convidarem os seus dirigentes a prestarem declarações aos órgãos da comunicação social.

É por tudo isto que os Sargentos em percentagem esmagadora se manifestaram no passado dia 16 de Fevereiro em solidariedade com o camarada António Lima Coelho. É por tudo isto que os Sargentos entendem o processo disciplinar como tendo sido levantado a todos os Sargentos.

Os Sargentos não vão aceitar que aquele camarada seja punido, pois entendem que a disciplina não está em causa e que a haver castigo este terá de ser aplicado a todos, pois o camarada Lima Coelho mais não fez do que ser o porta-voz do sentir de todos.

A responsabilidade do que vier a acontecer caberá inteiramente, e mais uma vez, ao Governo que propôs para nomeação aquele chefe militar. Não colhe o argumento de que a matéria disciplinar é do âmbito militar pois aquele chefe depende directamente do Ministro.

Os Sargentos não desistirão de alcançar as medidas apresentadas pela ANS sobre as carreiras e os vencimentos. Em 22 de Dezembro de 2000 o Primeiro Ministro prometeu publicamente que iria criar uma comissão com quatro ministros para tratar dessa matéria. Tanto quanto se sabe essa comissão não existe, ou se existe não reuniu, nem tem propostas, nem apresentou soluções, nem tem trabalho produzido.

Os Sargentos não aceitam ser tratados desta maneira nem que os seus problemas sejam adiados com manobras dilatórias.

Os Sargentos de Portugal mantêm a unidade e a disciplina na acção e na vida profissional. Mas não aceitam que o ónus da contenção, da responsabilidade, da disciplina lhes seja exigido só a eles sem que o Governo o assuma também com frontalidade, transparência e a mesma lealdade que nos é exigida.

Os Sargentos de Portugal encontrarão os meios de continuar a manifestar a sua solidariedade e indignação com a elevação e o civismo que os caracterizam mas não desistirão de ver resolvidos os seus problemas e o futuro dos seus filhos melhor cuidado.

Os Sargentos de Portugal sabem que a **DIGNIFICAÇÃO SOCIAL**, com melhores carreiras e melhores vencimentos é um percurso longo, espinhoso e demorado. Estão preparados para o enfrentarem com dignidade, elevação, unidos e determinados. O caminho será longo, os obstáculos serão muitos mas nunca nos encontrarão exaustos. **"QUÃO DIFÍCIL NOS TEMOS MOVIDO"**.

Lisboa 21 de Fevereiro de 2001  
A Direcção

